

27 MAR 2012

FOLHA DE S. PAULO

Duas faces da Justiça

Iniciativas modernizadoras, como as estatísticas abertas pelo Supremo, convivem com práticas atrasadas e privilégios extemporâneos

A celeuma que há alguns meses envolve o Judiciário resulta de uma tensão que mal começa a ser resolvida entre modernidade e atraso. De um lado, práticas que colocam a Justiça sob escrutínio público; de outro, reações de uma corporação ainda refém dos próprios defeitos.

A iniciativa do Supremo Tribunal Federal (STF) de divulgar dados estatísticos sobre processos é um exemplo de avanço. Com a medida, a Corte assume a linha de frente da implementação da Lei de Acesso a Informações Públicas, que entra em vigor em maio.

Ao adiantar-se à lei, o Supremo permite à sociedade acompanhar a eficiência de seus procedimentos. O cidadão interessado pode agora verificar quantos processos cada ministro tem em seu gabinete, por exemplo, e se estão parados.

Ferramentas como essa, além de representarem importante ganho de gestão, são um passo decisivo na direção da transparência e da prestação de contas, deveres a que estão submetidos todos os Poderes de uma República.

Aprofunda-se, assim, a modernização do Judiciário brasileiro, que começou de fato em 2004, quando a emenda constitucional nº 45 criou o Conselho Nacional de Justiça (CNJ) como órgão de controle

externo desse Poder.

Não é de estranhar, portanto, que o CNJ esteja no foco da controvérsia sobre o Judiciário. Responsável pela descoberta de desmandos por alguns magistrados — como os recentes privilégios em pagamentos de atrasados —, o órgão teve a atuação questionada por associações de juízes, mas o STF manteve seu poder de investigação.

Em vez de corroborar o esforço para reduzir a ineficiência e os abusos no Judiciário, porém, alguns magistrados preferem atacar não a existência de desvios, mas a sua revelação. Tampouco parece justificável insistir na manutenção de privilégios que, se um dia tiveram razão de ser, há muito já não têm.

É o caso do hábito de juízes trabalhistas não comparecerem ao fórum às sextas-feiras, revelado pelo programa “TV Folha” (transmitido aos domingos pela TV Cultura). Os magistrados, na hipótese mais condescendente, passam pelo fórum para pegar os processos e trabalhar em casa.

A resistência à modernização se manifesta até mesmo quando a novidade parece inofensiva, como a adoção de julgamentos por e-mail. A inovação foi introduzida no Tribunal de Justiça de São Paulo, mas, por enquanto, não prosperou.

Os membros do Poder Judiciário precisam dar-se conta de que, no Brasil de hoje, prerrogativas arcaicas não têm mais lugar. A pressão pela modernização da Justiça vai continuar.

FOLHA DE S. PAULO

JÂNIO DE FREITAS

Mais do que um processo

A declarada intenção de Ivan Sartori excede em muito o propósito de punição para o uso de uma palavra

27 MAR 2012

O PRESIDENTE do Tribunal de Justiça de São Paulo, Ivan Sartori, quer mais do que processar a **Folha**. Sua declarada intenção de obter a adesão dos 354 desembargadores ao processo e, ainda, a de associações de magistrados, excede em muito o propósito de punição para o uso de uma palavra, que considerou inaceitável. E excede em dois sentidos: como iniciativa, com características de movimento, e ao atingir, muito além da **Folha**, todos os jornalistas.

Mesmo sem admitir que haja diferença essencial entre o título questionado — “Corregedoria vai investigar todos os juízes do TJ-SP” — e o tolerável pelo desembargador Sartori — “Corregedoria vai inspecionar todos os juízes do TJ-SP” —, é irrelevante discutir equivalências e dessemelhanças verbais. Se o presidente do TJ vê na palavra “investigar” uma conotação de suspeita, pode-se até dizer mais.

Um dos traços marcantes na elaboração do jornalismo, desde que expor notícias sobrepujou o objetivo inicial de proselitismo partidário, é o de recorrer às palavras mais fortes dentre as cabíveis nos seus títulos principais. Em princípio, um fator de atração de leitores. Muito frequente, opinião dissimulada. Na atualidade, por sinal, frequente demais, quase regra.

Investigar e inspecionar, como milhares de outras palavras aparentadas, podem servir, ambas, de palavra mais forte, a depender das circunstâncias. Não tenho indicação

nem sugiro, porém, que a construção do título questionado buscasse mais força ou qualquer outra função além da notícia em si. Nada indica que o leitor tivesse reação diferente com a segunda palavra. O mais importante, no caso, nem está aí, que apenas exemplifica modalidades de elaboração dos jornalistas. Como a contagem de letras para adequar as linhas de um título ao seu espaço, o número de linhas dos textos, o tempo indisponível, tanto mais.

Nesse fazer, as formas de pressão objetiva e subjetiva são muitas e insaciáveis (até hoje, só encontraram uma forma de contrapressão: o desleixo). E sempre surgem novas pressões, outras atenuam-se ou desaparecem. O presidente do Tribunal de Justiça de São Paulo traz mais uma. Forte e portadora de uma exigência sem precedente.

Aos jornalistas não bastaria mais, se têm que atender à iniciativa do desembargador Ivan Sartori, elaborar títulos e textos com as palavras mais precisas da linguagem jornalística. A linguagem que têm em comum com os segmentos de leitores a que os diferentes modos de jornalismo se dirigem. Seria preciso o impossível: o uso dos termos técnicos. O conhecimento e a prática das especificidades existentes entre uma palavra como a comum “investigar” e o termo judicialmente técnico, no caso, “inspecionar”.

Condenada a linguagem usual nas notícias do Judiciário e seu vultoso jurisdiquês, estariam todos os jornalistas sujeitos, primeiro, à nova pressão perturbadora do escrever. Depois, às repetidas sentenças que a iniciativa do presidente do TJ-SP inaugurasse. Ou, como alternativa, calamos a respeito do Judiciário, seus atos judiciais e suas peculiaridades. Ou peculiaridades, que parecem estar na origem do problema verbal e de outros problemas.

FOLHA DE S. PAULO

Comissão da Verdade tem de incluir elites civis

JOSÉ LUIZ NIEMEYER DOS SANTOS FILHO

A comissão deve investigar as elites empresariais conservadoras que se uniram a militares em 64 para manter privilégios, inclusive o seu papel nos casos de tortura

27 MAR 2012

A discussão das últimas semanas, referente às ácidas cartas de setores da reserva das Forças Armadas sobre o processo de criação de uma Comissão da Verdade, coloca um ponto importante para nossa reflexão.

Quem pensou, organizou e operacionalizou o movimento de 1964?

A resposta soa clara ao aluno desatento do ensino médio: militares.

Mas não. A participação ativa dos setores civis da sociedade no golpe militar de 31 de março de 1964 deve ser discutida e aprofundada, inclusive naquilo que se refere à tortura e ao desaparecimento daqueles que se opunham ao regime.

Não se muda a história. A participação civil nos regimes ditatoriais é regra quando se observa alguns dos processos históricos contemporâneos. Além dos militares e dos serviços secretos, sempre há aqueles grupos civis que incentivaram a ruptura institucional a partir do uso da força militar.

Foi assim no movimento de ascensão do nazismo na Alemanha, do fascismo na Itália e do comunismo na antiga União Soviética. É padrão: o setor conservador e radical das Forças Armadas se ancora no meio civil como braço auxiliar para a ação de poder.

É tão grave quanto: os setores civis, principalmente das elites empresariais conservadoras, utilizam-se da caserna para manterem privilégios e garantirem novas regalias.

O grande historiador Tony Judt, no épico "Pós-Guerra" (no Brasil, disponível pela editora Objetiva), mostra essa aproximação difusa e obscura entre civis e militares nos projetos de tomada do poder à força na história contemporânea.

Quando a ministra de Direitos Humanos Maria do Rosário menciona a importância de elucidar a participação dos setores e grupos civis nos processos de radicalização do regime de 1964, ela está certa.

Se os excessos cometidos pelos radicais de farda ocorreram, é necessário ressaltar que eles aconteceram também por incentivo e por interesse desses grupos.

Vale lembrar que a deflagração do golpe militar de 1964 foi precedida por uma movimentação da classe média paulista (a chamada "Marcha com Deus Pela Liberdade", que foi organizada também por grupos ligados às grandes empresas de São Paulo).

O ano de 1964 é também resultado do apoio irrestrito dos chamados "capitães da indústria" de São Paulo e dos representantes mais conservadores das oligarquias agrárias do Nordeste à época.

São grupos civis, com origem ligada ao empresariado, que frequentavam recepções de congratulamento entre civis e militares, gabinetes governamentais e ambientes acadêmicos ideológicos, como a Escola Superior de Guerra — chamada pelos próprios "estagiários" mais envidescidos de "Sorbonne brasileira", que viam no golpe de 1964 uma oportunidade única.

Essa oportunidade se baseava em uma estratégia que foi regra mestra no desenvolvimento econômico do período: o arrocho salarial para manutenção dos ganhos de capital, agenda decisiva para a manutenção do patamar de lucratividade dos investimentos nacionais e internacionais no período após Juscelino, de rápida industrialização do país.

Mas o incentivo para o golpe e o decisivo apoio durante boa parte da

execução do regime de 1964 não ficaram restritos a essa ação quase "institucional" dos grupos civis que se fundiam aos interesses dos militares mais radicais à época.

Mais graves foram as ações pensadas e organizadas diretamente por grupos civis radicais, como o obscuro "Comando de Caça aos Comunistas", a "Operação Bandeirantes", entre outras, que foram conduzidas a partir de ações clandestinas, com o apoio dos serviços secretos militares e das lideranças e grupos empresariais à época.

Esperemos que, se criada, a Comissão da Verdade, de alguma forma, também possa se deter nesta seara que envolve uma segunda sombra do regime de 1964.

JOSÉ LUIZ NIEMEYER DOS SANTOS FILHO, 45, doutor em ciência política pela USP, coordena o departamento de relações internacionais do Ibmecc-RJ (Instituto Brasileiro de Mercado de Capitais)

27 MAR 2012

FOLHA DE S. PAULO

DEM já estuda possibilidade de expulsar o senador Demóstenes

DE BRASÍLIA - O futuro do senador Demóstenes Torres (DEM-GO) depende da abertura de ação da Procuradoria-Geral da República sobre sua ligação com Carlos Augusto Ramos, o Carlinhos Cachoeira, preso na Operação Monte Carlo, que desmontou quadrilha que explorava caça-níqueis. O senador aparece em 300 conversas telefônicas com o empresário.

Se o procurador-geral Roberto Gurgel pedir abertura de inquérito, a cúpula do DEM analisará o que fazer. Reservadamente, integrantes da sigla já cogitam sua expulsão.

O DEM cobrou uma posição de Gurgel: "Se o procurador pedir a abertura de inquérito é ruim", disse o presidente do DEM, senador José Agripino (RN): "Mas é preciso dar direito de defesa ao Demóstenes".

"O caso é grave", disse o senador Pedro Taques (PDT-MT), que antes defendera o colega.

PAINEL

Férias frustradas O STF (Supremo Tribunal Federal) discute proposta levantada internamente para que seja suspenso o recesso de julho e haja uma convocação exclusiva para os ministros julgarem o processo do mensalão.

Tarde demais Advogados de réus do mensalão dizem que é vencida a discussão sobre se o ministro Dias Toffoli vai alegar suspeição no julgamento. Ele já atuou no processo, em decisões monocráticas e colegiadas.

27 MAR 2012

JORNAL DO ESTADO

UM LAR PARA ELAS

Dados do Cadastro de Adoções do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) sobre adoção de crianças no Paraná, relativos a 2011:

7.949

crianças estavam disponíveis para adoção no país

30.378

casais são candidatos a pais

**2º
lugar**

é a posição do Paraná no ranking de estados com maior número de pretendentes à adoção no Brasil

2.000

casais no Paraná são candidatos a adotar crianças

600

casais em Curitiba são candidatos a adotar crianças

153

crianças aguardam para serem adotadas em Curitiba

JORNAL DO ESTADO

27 MAR 2012

TRT repassou R\$ 1,5 bilhão em acordos trabalhistas

O Tribunal Regional do Trabalho do Paraná (TRT-PR) repassou, em 2011, R\$ 1.568.969.446,20 aos reclamantes, em decorrência de execução de sentença ou acordo homologado. O valor é 15% superior a 2010, quando foram pagos R\$ 1.364.612.226,59. Em todo o País, segundo dados do Tribunal Superior do Trabalho (TST), foram pagos exatos R\$ 14.968.261.683,33. O TRT do Paraná aparece em terceiro lugar na lista dos 24 tribunais, atrás do TRT de São Paulo e do Rio Grande do Sul.

O balanço estatístico de 2011 demonstra, ainda, que a Justiça do Trabalho do Paraná manteve a tendência dos anos anteriores, fazendo valer sua natureza conciliatória. O esforço empregado fez com que quase metade dos litígios examinados no primeiro grau chegasse a um acordo.

Segundo dados do Boletim Estatístico do TRT-PR, do total de 119.709 processos trabalhistas solucionados no ano passado, 56.119 (47%) foram objeto de conciliação. Foram a julgamento, com resolução do mérito, 45.357 processos (38%) e outros 18.163 (15%), extintos, arquivados ou remetidos a outros órgãos da Justiça.

Afastado

O prefeito de Manoel Ribas, Valentin Darcin, foi afastado do cargo por decisão da Justiça. Ele e outros integrantes do primeiro escalão do município são acusados pelo Ministério Público de pagamentos irregulares a médicos do hospital local. Nas ações, além do afastamento, a Promotoria requereu e a Justiça determinou o bloqueio dos bens e das contas dos envolvidos. Uma das ações trata de um profissional concursado que acumulava dois cargos de médico, com 40 horas semanais cada. O MP argumenta que não haveria como cumprir 80 horas semanais e que a remuneração por ele recebida girava entre R\$ 70 mil e R\$ 80 mil por mês, o que seria ilegal, um vez que supera em muito o teto que pode ser recebido por um funcionário público municipal: R\$ 12.600,00. O médico passou no segundo concurso em 2006 e, desde então, recebe pelos dois cargos. Na ação, a Promotoria pede que sejam devolvidos aos cofres públicos, pelos requeridos, mais de R\$ 4 milhões que teriam sido pagos ao médico irregularmente.

EM BAIXA

O Ministério Público Federal (MPF) protocolou, no dia 20 de março, na Justiça Federal, uma ação civil pública pedindo a anulação do ato secreto que transformou estagiários da gráfica do **SENADO** em servidores públicos federais sem a realização de concurso público. Além da anulação, o MPF pede a demissão dos funcionários.

Resolução de homicídios

Dados dos dois primeiros meses de 2012 indicam que a RMC iniciou o ano com taxas ascendentes de solução de casos de homicídios. Foram identificados os autores de 88 dos 146 homicídios registrados em janeiro e fevereiro – o que representa um percentual de 60,27%. Em todo o ano de 2011, foram solucionados 47,8% (310) dos 858 homicídios.

O ESTADO DE S. PAULO

Eleito quer levar ao MP benefício 27 MAR 2012 dado a juízes

Locke prega orçamento maior e indica ser a favor de pagamento de auxílio-alimentação

Fausto Macedo

O procurador Felipe Locke, eleito para o cargo de chefe do Ministério Público Estadual, sinaliza com a possibilidade de conceder auxílio-alimentação a todos os promotores e procuradores de Justiça de São Paulo. Locke foi o mais votado pelos colegas ostentando entre suas bandeiras o aumento de verbas para a instituição.

Na sexta-feira, o procurador disparou e-mail para a classe anunciando “aos prezados colegas” que o Tribunal de Justiça mandou pagar o benefício aos magistrados. Vangloriou-se de que a medida teve amparo na Resolução 133/11, do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), cuja relatoria foi sua – Locke foi conselheiro do CNJ em duas gestões.

Ele escreveu: “Prezado(a) Colega: Comunico a classe que a Presidência do Egrégio Tribunal de Justiça de São Paulo, nesta data, editou a Portaria 8.539/12, implementando para a magistratura paulista auxílio-alimentação que teve por base a Resolução 133/11 do CNJ, de minha relatoria. Um grande abraço”.

Na portaria 8.539/12, o desembargador Ivan Sartori, presidente do TJ, se reporta à Resolução 133 e ordena o desembolso, retroativo a 14 de abril de 2006 – o custo é estimado em R\$ 145 milhões.

Se for pago a promotores e procuradores, o MP terá de arcar com despesa extra de R\$ 80 milhões em valores nominais, que chegariam a R\$ 105 milhões, após correção.

A nomeação de Locke para o posto máximo do MP depende do governador Geraldo Alckmin (PSDB), que tem adotado austeridade política fiscal. Alckmin tem à mesa uma lista com os nomes de três procuradores – além de Locke, foram eleitos Márcio Elias Rosa, candidato da situação, e Márcio Papaterra, da oposição.

O chefe do Executivo pode escolher qualquer nome, independentemente da colocação. Em diversos Estados, como Minas, Rio Grande do Sul e Bahia, por exemplo, governadores têm nomeado o segundo ou até o terceiro da lista, sem que isso tenha provocado reações da promotoria. Alckmin tem 15 dias para decidir.

Promotores interpretaram a mensagem de Locke como uma promessa de campanha para angariar votos em cima da hora. Eles se queixam da defasagem salarial. No MP de São Paulo o auxílio é pago apenas a servidores. No e-mail, Locke não diz expressamente que vai estender o benefício à categoria, mas promotores veem o texto como um claro aceno de que pretende fazê-lo.

Crise. Na sexta-feira, ao comentar a portaria do TJ, Locke foi categórico. “Em quase todo o Brasil (o auxílio-alimentação) já é pago. A Constituição tem que ser respeitada, ela prevê simetria entre as duas categorias (*magistrados e promotores*).” Ontem, ele não quis se manifestar.

O auxílio-alimentação pode não ser a única vantagem que a eventual gestão Locke pretende implementar. Em manifesto aos colegas ele enumerará suas metas – algumas poderão implicar gastos praticamente inviáveis.

Um objetivo declarado de Locke é engordar o orçamento da instituição – hoje contido em 0,97% (R\$ 1,55 bilhão para 2012) da receita corrente líquida. A Lei Fiscal prevê que o teto do orçamento do MP é de 2% da receita.

Na carta de campanha, Locke afirma que o MP atravessa “crise orçamentária sem precedentes”. Para ele, o orçamento do MP sofre “sensível redução quanto à participação porcentual, refletindo-se na própria dignidade da instituição”.

CONTINUA

27 MAR 2012

O ESTADO DE S. PAULO

CONTINUAÇÃO

PROPOSTAS

● **Dívida e reajustes**

Elaboração de orçamento que 'contemple os débitos pendentes' para com membros e servidores da instituição e com a 'consistente recomposição das perdas havidas nos últimos anos'

● **Quadros**

Criação de cargos de promotor nas comarcas onde houver 'desequilíbrio' com o número de juízes

● **Apoio**

Contratação de analistas, 'visando atingir oportuna correlação de um assessor por promotor'

● **Estrutura**

Compra de imóveis e mobiliário 'condignos com a necessidade dos membros da instituição'

O ESTADO DE S. PAULO

Sartori defende ação de entidades contra jornal

27 MAR 2012

O presidente do Tribunal de Justiça de São Paulo, desembargador Ivan Sartori, pretende que entidades de classe dos magistrados proponham ações judiciais contra a *Folha de S. Paulo*. As ações seriam movidas pelo fato de o jornal ter noticiado que o Conselho Nacional de Justiça (CNJ) estendeu “investigação” sobre a folha de pagamento de todos os 354 desembargadores da corte. Para Sartori, o CNJ está promovendo “uma inspeção, não uma investigação”.

O próprio Sartori admitiu a estratégia na sexta-feira, em Ribeirão Preto, onde deu início ao projeto Administração Participativa. Ele não revelou se ações serão promovidas em um único processo. Na semana passada, ao receber jornalistas em seu gabinete, Sartori declarou, bastante irritado, que “investigar quer dizer suspeitar”.

Ele não aceita o termo ‘investigação’ que, em sua avaliação, implica suspeitas sobre seus pares. “Investigar é indício. Quer dizer que todos somos suspeitos? Estamos sendo indiciados? Vou ser investigado?” Na ocasião, Sartori disse que “a Justiça está conspirada”. “Talvez sejamos todos bandidos”, afirmou.

Não é a primeira vez que Sartori ataca a imprensa. O presidente do TJ já havia dito que o **Estado** e a *Folha* querem “enxovilhar” o Judiciário.

Ontem, Sartori não se manifestou sobre a decisão de mover ações contra a imprensa. Também não quis falar sobre a portaria 8539/12, por meio da qual mandou pagar auxílio-alimentação a todos os juizes e desembargadores de São Paulo – ele atendeu a uma solicitação da Associação Paulista de Magistrados, uma das entidades à qual teria solicitado proposição de ação contra a *Folha*. A Apamagis não se pronunciou sobre as medidas judiciais que poderá tomar. A Associação dos Magistrados Brasileiros (AMB), maior entidade da toga, também não se manifestou.

27 MAR 2012

O ESTADO DE S. PAULO

Empresas usam 'laranjas' para burlar controle, diz CNJ

● O cadastro oficial mantido pelo Incra registra 4,5 milhões de hectares (45 mil quilômetros quadrados) em mãos de estrangeiros. O equivalente a 30 vezes o tamanho da cidade de São Paulo. O número é subestimado, admite o próprio instituto, que lista Portugal, Japão, Itália e Líbano como as nacionalidades que mais teriam comprado terras no País.

Além de não captar por mais de 10 anos negócios feitos em nome de empresas brasileiras de capital estrangeiro, por força de entendimento do governo Fernando Henrique Cardoso, houve resistência no cumprimento de interpretação fixada ao fim do governo Lula.

Diretor do cadastro do Incra, Evandro Cardoso diz que 30 processos de autorização de compra de terra tramitam no instituto, mas a maioria refere-se a pessoas físicas. Raríssimas são as empresas que foram ao Incra buscar autorização. O Conselho Nacional de Justiça (CNJ) avalia que negócios sejam feitos em nome de "laranjas" para burlar o controle.

O relator Beto Faro (PT-PA) é voto vencido na Câmara. Seu relatório aponta "elevada permissividade no acesso à terras por estrangeiros" no Brasil.

27 MAR 2012

O ESTADO DE S. PAULO

Senado é alvo de ação por ato secreto em gráfica

MPF quer anular decisão de 1991 que transformou estagiários de setor chefiado na época por Agaciel Maia em servidores federais sem concurso público

O Ministério Público Federal (MPF) decidiu levar à Justiça um trem da alegria secreto promovido pelo Senado no ano de 1991. Reportagem publicada pelo Estado em 2009 mostrou que uma decisão do Senado transformou estagiários da gráfica em servidores públicos federais sem que eles tenham passado por concurso público.

Na ação civil pública protocolada na Justiça Federal, o MPF pede a anulação do ato secreto que nomeou os estagiários e, conseqüentemente, a demissão deles. De acordo com informações divulgadas pela Procuradoria, 76 pessoas foram beneficiadas pelo ato, que ficou em sigilo até 2009.

Conforme dados do MPF, por meio de um ato sem número e sem publicação na imprensa oficial, a Comissão Diretora do Senado reconheceu a existência de vínculo empregatício dos estagiários. Eles foram enquadrados em seguida como ocupantes do cargo efetivo de assistente industrial gráfico.

Para beneficiar o grupo, uma comissão diretora alegou que eles foram contratados antes da Constituição de 1988 e, dessa forma, poderiam ser enquadrados numa regra transitória que autorizava a efetivação de servidores sem concurso.

No entanto, a norma exigia a comprovação de vínculo com o serviço público por pelo menos cinco anos. De acordo com o MPF, os estagiários ingressaram no Senado em 1984 e 1985, ou seja, menos de cinco anos antes da Constituição de 1988.

O escândalo foi divulgado pelo Estado na sequência de irregularidades dos atos secretos, utilizados pelo presidente do Senado, José Sarney (PMDB-AP), e seus antecessores no cargo para nomear parentes, amigos e filia-dos. Um dos protagonistas dos atos secretos, o então diretor-geral Agaciel Maia, teve participação direta no que foi chamado de "trem da alegria secreto".

Em 1992, Agaciel era o diretor do Centro Gráfico. Muitos dos "estagiários" favorecidos cresceram profissionalmente, viraram chefes, já se aposentaram ou morreram.

Início. A manobra começou mediante um ofício sem número do então presidente do Senado, hoje deputado Mauro Benevides (PMDB-CE), no dia 1.º de novembro de 1991. Ele autorizou Agaciel a efetivar os estagiários, sem concurso, a partir de janeiro do ano seguinte.

A operação permaneceu na gaveta durante 17 anos. Coube ao então líder do PSDB, Arthur Virgílio (AM), "puxar" o assunto, ao questionar, no plenário, a existência de "nomeações ilegais que teriam sido praticadas pelo então diretor da gráfica".

Em seguida, Virgílio entrou com um requerimento na 1.ª Secretaria pedindo explicações. Os estagiários foram contratados entre 1984 e 1985. No período, foram efetivados 1,3 mil funcionários do Senado, graças ao então presidente Moacir Dalla. Ao trem da alegria de Dalla se somou a efetivação dos estagiários, mesmo não havendo comprovação de que estavam contratados havia mais de cinco anos.

• Efetivados

76

é o número de pessoas que foram beneficiadas pelo ato que ficou em sigilo até 2009

27 MAR 2012

O ESTADO DE S. PAULO

Colegas cobram explicações de Demóstenes

Senadores querem que líder do DEM vá à tribuna e esclareça a relação com Carlinhos Cachoeira



DIDA SAMPAIO-6/12/2011

Na berlinda. 'Explicações não podem ser adiadas', diz Viana

Ricardo Brito / BRASÍLIA

Senadores governistas cobram ontem que o líder do DEM na Casa, Demóstenes Torres (GO), esclareça sua relação com o empresário do ramo de jogos de azar Carlos Augusto Ramos, o Carlinhos Cachoeira. A situação de Demóstenes agravou-se diante da revelação de que ele teria pedido em 2009 dinheiro a Cachoeira, preso recentemente na operação Monte Carlo, da Polícia Federal.

Em plenário, os senadores Ana Amélia (PP-RS), Pedro Taques (PDT-MT) e Jorge Viana (PT-AC) disseram que esperam um pronunciamento de Demóstenes o mais rápido possível sobre as novas suspeitas levantadas pela PF.

"A situação se agravou muito. Eu sou do PT e defendo que o PT não faça com os outros aquilo que a oposição fez com o PT",

Corte nega habeas corpus a Cachoeira

Desembargadores da 3ª Turma do Tribunal Regional Federal da 1ª Região rejeitaram por unanimidade pedido de habeas corpus do empresário de jogos de azar Carlos Augusto Ramos, o Carlinhos Cachoeira, preso em fevereiro. Ao negar a libertação, o relator Tourinho Neto argumentou haver indícios de crimes como corrupção ativa, evasão de divisas e formação de quadrilha, além de suspeita de envolvimento de autoridades com o esquema. / MARIÂNGELA GALLUCCI

afirmou Viana, ao ressaltar que "não pode ficar para depois" a volta do senador do DEM à tribuna do Senado.

"Nós não podemos tapar o sol

com a peneira. O caso é grave", afirmou Taques. "Esta Casa da Federação não terá moral para notificar, para convidar, para intimar qualquer cidadão a depor em suas comissões se nós não ouvirmos os esclarecimentos do senador Demóstenes."

Ele e o senador Randolfe Rodrigues (PSOL-AP) marcaram de ir hoje à Procuradoria-Geral da República para pedir explicações sobre o motivo pelo qual o órgão não levou adiante as investigações feitas pela Polícia Federal que, três anos atrás, já mencionava o envolvimento de Demóstenes com Cachoeira.

Demora. O líder do PT no Senado, Walter Pinheiro (BA), também disse que o procurador-geral da República, Roberto Gurgel, precisa esclarecer a demora em pedir uma investigação contra Demóstenes no Supremo Tribunal Federal (STF).

O líder do governo no Senado, Eduardo Braga (PMDB-AM), afirmou que gostaria que as suspeitas envolvendo Demóstenes fossem tratadas pelo Judiciário. "Politizar o tema é desagradável", ponderou.

Por ora, a ordem entre os governistas é aguardar. Só vão levar Demóstenes à Corregedoria ou ao Conselho de Ética do Senado depois que tiverem acesso às explicações de Gurgel. Aguardam também um novo pronunciamento. Ontem, pelo menos, o líder do DEM não deu indicações aos pares de que falaria sobre o caso nesta semana.

O líder do PSDB no Senado, Álvaro Dias (PR), defendeu que seu partido aguarde o fim das investigações da PF e do MP para tomar qualquer decisão em relação ao líder do DEM, sigla que é a principal aliada na oposição ao governo Dilma Rousseff.

Na opinião do tucano, seria "ridículo" começar uma apuração no Congresso contra Demóstenes porque, segundo ele, o senador já vem sendo investigado pela polícia. "Na verdade, ele está sendo investigado. Só não está sendo investigado oficialmente", afirmou Dias.

27 MAR 2012

O ESTADO DE S. PAULO

TUTTY VASQUES

Show de corruptos

O grande número de corruptos por esse Brasil afora cruzando os dedos diante da TV nas noites de domingo vem garantindo à Globo a liderança de audiência no horário do *Fantástico*. A torcida de cada um, no caso, é para que não seja ele próprio a bola da vez da câmera indiscreta do programa.

Imagina quantos milhares de funcionários de prestadoras de serviço contratadas pelo poder público em todo o Brasil já não ofereceram “de cinco a dez por cento” em licitação a um burocrata qualquer!

Some a isso o sem número de servidores que toparam a parada e, às 22h52 deste último domingo, o Ibope registrava 19,6 pontos para a Globo, seguida pelo SBT (8,9), Record (8), Rede TV! (2,2) e Band (1,9).

Claro que também colaborou – e muito – para tal performance a turma que gosta de zapear à procura de combustível para sua indignação com tudo-isso-que-aí-está.

Todo domingo, não falha, o *Fantástico* põe no ar pelo menos um cara de pau que, sem saber que está sendo gravado, se revela cretino por inteiro em flagrante indecência com dinheiro público.

Nem sob os edredons do *Big Brother Brasil* se vê tanta pouca vergonha – daí, imagina-se, a boa recuperação do programa de variedades da Globo no Ibope.

Boato infame

Ao contrário do que dizem no Twitter, Eike Batista não vendeu um tasco de sua holding por R\$ 2 bilhões para pagar os honorários do criminalista Márcio Thomaz Bastos, advogado do filho do empresário no caso do atropelamento em Xerém! Vendeu porque era um bom negócio, e não se fala mais nisso, ok?

27 MAR 2012

INDÚSTRIA E COMÉRCIO

Ministro Ayres Britto diz que Judiciário está "na vanguarda das ideias"

O ministro Carlos Ayres Britto, que assume a presidência do Conselho Nacional de Justiça e do Supremo Tribunal Federal no dia 19 de abril, destacou como "extremamente louvável" a proposta de resolução que proíbe a ocupação de função de confiança ou cargo em comissão, no Judiciário, por pessoas que tenham sido condenadas por atos de improbidade nos termos da Lei da Ficha Limpa. Ele lembrou que o Judiciário foi o primeiro dos Poderes a proibir o nepotismo, a partir de uma resolução do próprio CNJ.

Ayres Brito afirmou que a proposta coincide com a postura adotada pelo CNJ desde a criação do órgão, citando a resolução que proibiu a prática de Nepotismo, de outubro de 2005. Postura que, ao seu ver, tem colocado o Judiciário "na vanguarda das novas idéias". "O Judiciário, por meio do CNJ, foi o primeiro Poder da República a cortar na própria carne quanto a esse ponto prejudicial do país chamado nepotismo", enfatizou o ministro, ao destacar que "teve a honra" de relatar a matéria no Supremo.

Durante a apreciação da matéria, interrompida por um pedido de vista do conselheiro Tourinho Neto, o ministro Ayres Britto, atual vice-presidente do STF, afirmou que a proposta, na prática, deverá balizar os tribunais para que observem o artigo 37 da Constituição Federal, segundo o qual a administração pública direta e indireta de qualquer dos Poderes deve obedecer aos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência – "nos marcos da Lei da Ficha Limpa".

27 MAR 2012

INDÚSTRIA E COMÉRCIO

Empresa pode alterar plano de previdência, diz TRT-RS

Sindicato disse que não havia necessidade de desvinculação da empresa até a homologação do novo plano

A 11ª Turma do Tribunal Regional do Trabalho do Rio Grande do Sul considerou que a Braskem não cometeu falta grave ao retirar o patrocínio do plano de previdência Petros Copesul, responsável pela suplementação de aposentadoria dos seus empregados. Alegando prejuízos com a medida da empresa, oito trabalhadores entraram com ação reivindicando a rescisão indireta dos contratos de trabalho, além de indenização por danos morais.

Segundo os autos, os reclamantes sustentaram que a retirada do patrocínio do plano, para o qual contribuíam com o objetivo de receber complementações de aposentadoria, causou insegurança quanto ao futuro. Afirmaram, também, que este ato da empresa teria forçado seus pedidos de demissão, para que conseguissem receber os valores

relativos às suas contribuições.

Na ação, os trabalhadores pediram o reconhecimento de que estes fatos constituíram falta grave da empresa, a chamada justa causa do empregador, motivadora da rescisão indireta dos contratos de trabalho pelo descumprimento das obrigações. O pedido de indenização por danos morais baseou-se no sentimento de incerteza e insegurança.

No primeiro grau, a juíza Maria Teresa Vieira da Silva Oliveira, da Vara do Trabalho de Triunfo (RS), negou ambas as pretensões. A juíza afirmou, na sentença, que a alegação dos trabalhadores de que teriam sido surpreendidos pelo anúncio da empresa não corresponde aos fatos, pois foi comprovado que a Braskem comunicou a todos sobre a mudança, inclusive oferecendo outra opção de plano de previdência para os seus empregados ativos.

GAZETA DO POVO

NOTAS POLÍTICAS

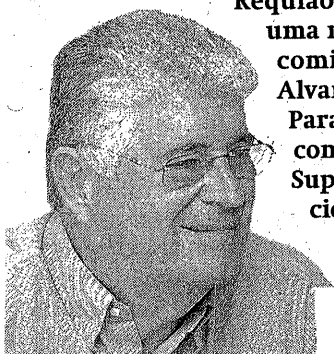
27 MAR 2012

DORA KRAMER

Comissão das MPs

O Congresso ainda não conseguiu instalar a primeira comissão especial destinada a analisar a tramitação das medidas provisórias. Embora o STF tenha determinado que o Legislativo instale comissões mistas – com deputados e senadores – para analisar cada MP que chega ao Congresso, não houve quórum para que a comissão fosse instalada ontem. Dos 13 senadores e 15 deputados titulares da comissão, apenas seis compareceram. A comissão, que vai analisar a constitucionalidade da MP que destina recursos do Fundeb para a educação rural, será

presidida pelo senador paranaense Roberto Requião (PMDB, foto). Ele marcou uma nova tentativa de instalar a comissão para hoje. O senador Alvaro Dias (PSDB), também do Paraná, disse que vai ingressar com mandado de segurança no Supremo para assegurar o funcionamento da comissão se os deputados e senadores não comparecerem.



76 servidores

do Senado que foram efetivados há 20 anos por meio de um ato secreto correm o risco de serem exonerados. A Procuradoria da República no Distrito Federal ajuizou uma ação com o objetivo de demitir esses servidores. Na ação, o Ministério Público Federal cobra a anulação do ato administrativo que permitiu a incorporação desses 76 servidores ao quadro de pessoal do Senado.

COLUNA DOS LEITORES

Identificando "fichas-sujas" 1

O Ministério Público ainda não identificou quem são os "fichas-sujas" que não podem concorrer a cargos eletivos? Eles possuem todos os dados dos candidatos e parecem estar dando brechas a advogados para a impugnar a decisão posterior.

Dionísio Francisco Grabowski

Identificando "fichas-sujas" 2

Não valeu a intenção da população de reunir mais de 1 milhão e meio de assinatura em todo o Brasil para que a Lei da Ficha Limpa fosse aprovada? O ideal é que o Ministério Público consiga identificar "ontem" os que têm ficha suja. Nós merecemos respeito.

Deversil Gamarros dos Santos

Falências

É de se admirar, que diante de tudo o que foi apresentado pela CPI das Falências, o TJ não tenha encontrado ilegalidade alguma praticada por juízes. E é no mínimo estranho que a CPI tenha sido combatida e cancelada a pedido da Associação dos Magistrados do Paraná.

Denise R. Derviche Casagrande

Provisórias

Por determinação do Supremo Tribunal Federal, nesta semana o Congresso começa a cumprir o rito de tramitação de medidas provisórias conforme manda a Constituição, instalando uma comissão especial para examinar se uma MP é mesmo urgente e/ou relevante.

A primeira é a medida de número 562 sobre repasse dos recursos do Fundo de Desenvolvimento da Educação Básica (Fundeb) para instituições comunitárias da área rural.

Relevante? Sem dúvida. Caberá aos deputados e senadores examinar se é urgente. Não do ponto de vista da necessidade do Executivo de resolver da maneira mais fácil a questão, mas na perspectiva da necessidade real.

Será um teste. Dependendo do resultado, o exame de medidas provisórias poderá servir como triagem eficaz o suficiente para levar o Executivo a reduzir o uso do instrumento, ou funcionar apenas como instância formal de homologação da vontade do Planalto por meio da ação da maioria governista.

Uma notícia recente sinaliza que o governo não acredita na mudança real de sistemática, pois estaria estudando a edição de uma MP pouco antes da Copa para liberar a venda de bebidas alcoólicas nos estádios.

Não há relevância muito menos urgência como atesta a antecedência com que é examinada a hipótese de edição da medida.

FOLHA DE LONDRINA

66% dos homicídios são solucionados

27 MAR 2012

Curitiba - Dos 32 casos de homicídios dolosos registrados no interior do Paraná em janeiro e fevereiro deste ano, 21 (66%) foram solucionados. Os números foram divulgados ontem pela Secretaria Estadual de Segurança Pública (Sesp) por meio da Agência Estadual de Notícias. Em Londrina, esse percentual é um pouco maior. Segundo a Divisão Policial do Interior (DPI), dos 22 homicídios ocorridos nos dois primeiros meses de 2012, 15 (68,19%) foram elucidados.

Uma das subdivisões policiais com maior percentual de casos resolvidos é a de Ponta Grossa, que elucidou seis (86%) dos sete homicídios dolosos registrados nos dois primeiros meses de 2012. Em Maringá, foram solucionados oito dos 11 assassinatos registrados no primeiro bimestre de 2012. Em 2011, dos 119 casos registrados no interior, 92 (77%) foram solucionados.

Quanto à Região Metropolitana de Curitiba (RMC), segundo a Sesp, foram identificados os autores de 88 dos 146 homicídios registrados em janeiro e fevereiro, representando um percentual de 60,27%. Em todo o ano de 2011, foram solucionados 47,8% (310) dos 858 homicídios. A RMC compreende 29 municípios, com uma população de mais de 3 milhões de pessoas.

Em Curitiba, dados da Delegacia de Homicídios mostram que dos 171 inquéritos instaurados em janeiro e fevereiro, 72 (42%) foram concluídos e relatados ao Ministério Público. O secretário de Estado da Segurança Pública, Reinaldo de Almeida Cesar, afirmou que o percentual de homicídios solucionados está crescendo e, na opinião dele, esse deverá ser um dos principais fatores que contribuirão para a redução da ocorrência desse tipo de crime no Paraná.

Emplacando

MAZZA

O "Fantástico" tem emplacado denúncias relevantes sobre desvios de dinheiro público em licitações. Duas, aqui do Paraná, não emplacaram: a do caixa dois do Beto Richa-Luciano Ducci, apesar da farta documentação com distribuição de grana aos dissidentes do PRTB, e a da Consilux, embora a afirmação de um hierarca da empresa de que os amigos eram protegidos.

27 MAR 2012

FOLHA DE LONDRINA

Fraudes em licitações públicas

'As leis brasileiras também favorecem para que os tentáculos dos corruptos cheguem cada vez mais longe'

Os casos recentes de corrupção na seara pública - nos níveis federal, estadual e municipal - revelados pela imprensa causam perplexidade e dão a impressão de que lutar contra este câncer nacional é batalha perdida. Levantamento da Controladoria Geral da União (CGU), de 2010, estimou que fraudes em licitações atingiram nove em cada dez municípios do País.

Ainda assim, especialistas garantem que é possível frear ou dificultar a ação criminosa de políticos e empresários corruptos. O diretor da ONG Transparência Brasil, Cláudio Abramo, opina que muitos casos de fraudes em processos de licitação envolvendo empresas que fornecem produtos e serviços e agentes públicos poderiam ser evitados se fosse dada ampla publicidade às informações sobre contratos, companhias vencedoras e preços praticados.

Ele aponta que as informações deveriam ser obrigatoriamente divulgadas pelos órgãos públicos envolvidos em processos licitatórios para que a sociedade e a imprensa pudessem acompanhar, comparar e detectar eventuais distorções. A medida seria uma forma de complementar, segundo ele, a atuação de órgãos de controle externo como tribunais de conta, promotorias e organizações do terceiro setor que acompanham a gestão de recursos públicos.

Abramo alerta que nem mesmo os pregões eletrônicos - tidos por muitos como uma alternativa eficaz contra a corrupção - dão conta de garantir a lisura dos processos licitatórios. "Os cartéis funcionam também nos pregões eletrônicos", disse Abramo

à Agência Brasil recentemente.

Por sua vez, juristas apontam que a estrutura política brasileira, que permite as doações de pessoas jurídicas para financiar campanhas, ajuda a escancarar a porteira e deixar o caminho aberto ao clientelismo. Uma das alternativas seria o financiamento público de campanhas.

Além disso, as leis brasileiras também favorecem para que os tentáculos dos corruptos cheguem cada vez mais longe. Mesmo quando são denunciados e acusados, os envolvidos lançam mão de recursos previstos na legislação para se safarem e garantirem que não serão punidos. Camuflados pela falta de transparência nos processos e amparados por leis que asseguram a impunidade, os corruptos nadam de braçada no mar aberto das fraudes.

Sem capacidade de atuar preventivamente, os órgãos de controle pouco podem fazer a não ser tentar agir quando o mal já foi feito. À sociedade, não basta apenas se indignar a cada nova denúncia, é preciso ficar vigilante e cobrar das autoridades a aplicação correta do dinheiro público.

27 MAR 2012

TRIBUNA DO PARANÁ

Mãe e filho são julgados

Pela segunda vez no mês, mãe e filho sentarão juntos no banco dos réus, no Tribunal de Júri de Curitiba. No último dia 15, os ciganos Vera Petrovich e Pero Theodoro Petrovich foram inocentados de assassinar Giovanna dos Reis Costa, 9 anos, em 2006. Hoje, é a vez do julgamento de Jonas Vargas de Lima, 29, e sua mãe, Leocir de Fátima Fontoura, 49. Ela é acusada de instigar o filho a matar, a golpes de facão, seus vizinhos Analdo Cunha e Acir Santos Medeiros.

O crime ocorreu em 25 de janeiro de 2007, na Rua Nicodemus Zeglin, no Uberaba. As vítimas estariam há algum tempo discutindo com os autores, por conta da construção de uma garagem, em um terreno que pertencia à prefeitura e estava sendo invadido. Dias depois do crime, Jonas se apresentou à polícia e teria declarado ao delegado Paulo Padilha, na época lotado na Delegacia de Homicídios, que matou Analdo e depois foi atrás de Acir, incentivado pela mãe.

No júri de hoje, Jonas e Leocir serão defendidos pelos advogados Sérgio Javorski e Matheus de Almeida. Para Jonas, eles usarão a tese de legítima defesa e defesa da mãe, já que Leocir teria sido agredida pelas vítimas antes do crime. Para a mãe, os advogados trabalham com a negativa de autoria. A sessão, que começa às 9h, será presidida pelo juiz Daniel Avelar e terá como promotora Lúcia Inez Giacometti Andrich.

27 MAR 2012

TRIBUNA DO PARANÁ

Suspensa votação da Ficha Limpa

O Conselho Nacional de Justiça (CNJ) suspendeu ontem a votação da proposta de prolongamento da Lei da Ficha Limpa ao Poder Judiciário, com aplicação contemplada a funcionários comissionados, em cargos de confiança e terceirizados. O adiamento foi pelo pedido de vista da resolução do conselheiro Fernando da Costa Tourinho Neto durante a sessão. Caso seja aprovada, a regra será aplicada à Justiça Federal, Eleitoral, Justiça estadual, Militar e tribunais de contas.

De iniciativa do conselheiro Bruno Dantas, a resolução tem o apoio da maioria dos membros do CNJ, inclusive do ministro Ayres Brito. Ele defende a Ficha Limpa como avanço no País, não apenas para os candidatos, mas para toda a administração pública. A resolução determina que o nomeado ou designado, antes da posse, terá de declarar por escrito não incidir em qualquer das hipóteses que contrarie a lei. A veracidade da declaração será comprovada mediante certidões negativas fornecidas pela Justiça Federal, Justiça Eleitoral, tribunais de contas, Justiça estadual, Justiça militar e pelos órgãos públicos em que trabalhou nos últimos 10 anos.

Servidores

Apenas o STF não seria diretamente alcançado, porque a Corte não se submete às decisões do CNJ. O senador Aloysio Nunes Ferreira (PSDB-SP) apresenta, nesta semana, proposta obrigando a designação de servidores ocupantes de cargos de confiança e os terceirizados da Câmara e do Senado a se enquadrar na Lei da Ficha Limpa. Com isso, os parlamentares e administradores da Casa não poderão mais contratar comissionados e terceirizados condenados em segunda instância.

CONJUR

TJ-SP rebate críticas de Eliana Calmon sobre precatórios

26 MAR 2012

Por Rogério Barbosa

Para o coordenador da Divisão de Precatórios do Tribunal de Justiça de São Paulo (Dipre), desembargador **Venício Antonio de Paula Salles**, as declarações da ministra Eliana Calmon sobre a administração dos pagamentos de precatórios em São Paulo foram “grosseiras e desrespeitosas”. O coordenador discorda da conclusão de relatório do Conselho Nacional de Justiça segundo o qual o tribunal paulista não respeita a ordem cronológica de pagamentos.

Ele lembrou que a própria ministra afirmou que enviou um equipe que não tinha muito conhecimento sobre precatórios e que se sentiu amedrontada por ter que analisar a situação de um tribunal tão grande como o de São Paulo. “Não é justo que venham aqui e minimizem o trabalho de profissionais que trabalham com afinco, inclusive aos sábados, sem receber horas extras”, diz.

Salles afirmou receber com desconforto a conclusão do relatório elaborado por uma equipe do CNJ que realizou uma “inspeção” no Dipre (antigo Depre) entre os dias 5 e 9 de março. O resultado foi anunciado na última quarta-feira (21/3), durante reunião entre a ministra Eliana Calmon, o presidente do TJ-SP, Ivan Sartori, e membros da OAB. Para o coordenador, se o tribunal não obedecesse à ordem cronológica, o presidente do TJ-SP estaria cometendo crime ao violar o artigo 100 da Constituição Federal, que estipula que os pagamentos “far-se-ão exclusivamente na ordem cronológica”.

Venício Salles afirma que o tribunal segue rigorosamente a ordem das listas respeitando as prioridades de que tem conhecimento. “Pagamos as prioridades respeitando a cronologia, mas uma vez terminadas as prioridades de determinado ano, passamos para o ano seguinte”, explica. “O que ocorre é que há casos em que um advogado entra com pedido de pagamento, arguindo prioridade em precatórios de três ou quatro anos anteriores ao período que estamos pagando. Como vamos saber de prioridades que ainda não foram apresentadas?”

O coordenador ainda garantiu que a equipe técnica da área de precatórios dá conta do recado. “O Dipre conta com os melhores profissionais e um ótimo sistema de informática”, afirma. Segundo ele, o que falta para o setor é mais funcionários e estrutura física. O Dipre conta com 173 servidores, mas deveria ter o dobro, na opinião do desembargador. Ele também reclama da falta de espaço para acomodar processos dentro do departamento.

Venício Salles deve se reunir com o presidente do TJ ainda esta semana e irá propor a divulgação de um balanço dos trabalhos já realizados pelo Dipre.

CONJUR

Cabe HC para questionar legalidade de escuta, diz STJ

26 MAR 2012

É cabível o Habeas Corpus como meio de combater nulidades no processo criminal, o qual pode resultar na prisão do réu. Entre essas a legalidade da quebra do sigilo telefônico. A conclusão é da 6ª Turma do Superior Tribunal de Justiça, que determinou que o Tribunal de Justiça de Minas Gerais analise a alegação de nulidade de interceptação telefônica apresentada pela defesa de um homem preso cautelarmente. Ele foi acusado com mais de 60 pessoas de participar de atividades ligadas ao tráfico de drogas.

O ministro Og Fernandes afirmou que há constrangimento ilegal no acórdão do TJ-MG, uma vez que o mérito da legalidade da quebra do sigilo telefônico não foi analisado. Além disso, no caso concreto, observou o ministro, a prisão cautelar do paciente justificaria o uso do Habeas Corpus.

A defesa havia sustentado a nulidade das escutas que fundamentaram a denúncia e, conseqüentemente, a nulidade do processo. Ela argumentava que a medida não era necessária e que a decisão que autorizou a prorrogação não foi devidamente fundamentada.

O TJ-MG negou a ordem. O tribunal estadual entendeu que o Habeas Corpus não seria o meio apropriado para análise da questão. O acórdão criticou o uso exagerado do HC, defendendo que ele não é "panacéia universal destinada à cura de todos os males". A corte observou ainda que há 66 pessoas denunciadas no processo por quadrilha organizada, tráfico e associação para o tráfico, e que o habeas corpus buscava apenas retardar o processo.

O ministro Og Fernandes concordou com a constatação de que o HC tem sido usado de maneira equivocada. Mas, no caso, considerou que a análise da legalidade da quebra do sigilo era válida através desse instrumento. O ministro considerou inviável tal análise ser feita diretamente pelo STJ, já que o TJ mineiro não havia decidido a questão. Os demais ministros acompanharam o voto do relator e não conheceram do HC requerido. No entanto, concederam a ordem de ofício para que o tribunal estadual examine o mérito da legalidade das interceptações telefônicas. *Com informações da Assessoria de Imprensa do STJ.*

HC 138.301

26 MAR 2012

Judiciário não pode impedir busca por pai biológico

CONJUR

Por Jomar Martins

Qualquer pessoa tem o direito de saber quem é o seu verdadeiro pai, mesmo que, no registro, já conste o nome do pai socioafetivo. Como este direito é imprescritível, não se submete a nenhum prazo extintivo. Com este entendimento, já pacificado na jurisprudência, a 8ª Câmara Cível do Tribunal de Justiça do Rio Grande do Sul desconstituiu sentença que extinguiu uma Ação de Anulação de Registro Civil, cumulada com Investigação de Paternidade. Com a decisão, tomada de forma unânime pelo colegiado, o processo volta ao juízo de origem, para regular tramitação, inclusive, com citação de todos os interessados.

O relator da Apelação, desembargador Ricardo Moreira Lins Pastl, disse que é flagrante a possibilidade jurídica do pedido, sobretudo, porque talvez esta seja a única via por meio da qual a autora poderá saber quem é seu pai biológico, tendo em vista o fato de o pretenso genitor ser falecido. "Daí que a extinção da ação equivale a obstaculizar o acesso à Justiça", justificou. O acórdão é do dia 16 de fevereiro.

O caso é originário da Comarca de Santo Cristo, distante cerca de 500km de Porto Alegre. Após ter seu processo extinto no primeiro grau, sem julgamento de mérito, a autora recorreu ao Tribunal de Justiça, a fim de buscar o reconhecimento de seu verdadeiro pai.

Em síntese, afirmou que ouviu da mãe a confissão de que mantivera um caso extraconjugal no tempo de sua gestação com o suposto pai biológico e que tem direito de tirar esta dúvida, sem qualquer restrição. Neste sentido, afirmou que a decisão do juiz de Direito Roberto Laux Júnior violou os princípios do contraditório e da ampla defesa.

O relator da Apelação disse que o direito da autora de conhecer e investigar a sua ascendência genética paterna é inquestionável. É corolário do direito de personalidade e não se submete a nenhum prazo extintivo, citando jurisprudência do próprio Tribunal.

Para corroborar seu entendimento, o desembargador considerou os fundamentos lançados no parecer assinado pela procuradora de Justiça com assento no colegiado, Ana Rita Nascimento Schinestsck. Na visão da representante do Ministério Público, o direito à origem é constitucional e sagrado à condição de pessoa humana. "Não se quer negar, com tal premissa, a observância e o prestígio do aspecto socioafetivo da paternidade. Todavia, não se pode entender que esse aspecto possa menosprezar o direito da autora de investigar a sua paternidade biológica", frisou.

Por fim, a procuradora do MP destacou que não se aplica às ações de investigação de paternidade, ainda que o investigante possua pai registral, o prazo cadencial previsto ao artigo 1.614 do Código Civil. Segundo o dispositivo, o filho maior não pode ser reconhecido sem o seu consentimento, e o menor pode impugnar o reconhecimento, nos quatro anos que se seguirem à maioridade ou à emancipação. "Cumprir registrar aqui que o artigo (...) é direcionado aos que, uma vez reconhecendo a filiação através do registro de nascimento, não podem vindicar estado contrário, salvo provando-se erro ou falsidade do registro", afirmou.

Assim, o desembargador relator Ricardo Moreira Lins Pastl deu provimento à Apelação para desconstituir a sentença e permitir a retomada do processo no primeiro grau. Acompanham o voto os desembargadores Rui Portanova e Sérgio Fernando de Vasconcellos Chaves.